TABELA E

Caça especial de 1.º classe

Nomes				
Zoológico	Português	Inglês	Chissena	Landim
Girafa Capensis	Girafa	Southern Girafe	—	Hosho.
Rhinoceros Simus	Rinoceronte branco	White Rhinoceros	Puete	Pelembe.
Rhinoceros Bicornis	Rinoceronte preto	Black Rhinoceros	Puete	Pelembe.
Elephas Africanus	Elefante	African Elephant	N'Zou.	N'Jovo.
Strutis Australis	Avestruz	Southern Ostrich	M'poane.	Incha.

Ministério das Colónias, 21 de Novembro de 1935. — O Ministro das Colónias, *José Silvestre Ferreira Bossa*.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

10.ª Repartição da Direcção Geral
da Contabilidade Pública

Decreto n.º 26:077

Com fundamento nas disposições do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Instrução Pública, um crédito especial da quantia de 7.200\$, destinado ao pagamento das rendas de casa onde se encontra instalado o Liceu da Infanta D. Maria, em Coimbra, devendo a mesma importância ser adicionada à verba inscrita no n.º 1) «Rendas de casa» do artigo 626.º «Encargos das instalações», capítulo 4.º, do orçamento do segundo dos mencionados Ministérios para o ano económico de 1934-1935.

Art. 2.º É anulada a importância de 7.200\$ no n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei» do artigo 616.º «Remunerações certas ao pessoal em exercício», capítulo 4.º, do orçamento do Ministério da Instrução Pública para o ano económico de 1934-1935.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 21 de Novembro de 1935. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Henrique Ltnhães de Lima — Manuel Rodrigues Júnior — Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa — Anibal de Mesquita Guimarães — Armindo Rodrigues Monteiro — Duarte Pacheco — José Silvestre Ferreira Bossa — Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação — Sebastião Garcia Ramires — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Direcção Geral do Comércio e Indústria

Decreto-lei n.º 26:078

Tem sido orientação do Governo, marcada já em vários diplomas, valorizar a qualidade dos vinhos de consumo.

Assim, como primeiro passo e para que se não desse uma mudança brusca nos hábitos tradicionais, se decretou a proibição da venda de vinhos novos antes de 30 de Novembro do ano da respectiva colheita, embora se soubesse que nessa data os vinhos ainda não tinham adquirido as qualidades que os recomendam para o consumo. De facto, para que os vinhos de pasto possam convenientemente apresentar-se à venda a copo, há necessidade de os deixar sofrer, naturalmente, a sua evolução, sabido que só em seguida à acção dos frios adquirem uma certa estabilidade nas suas características.

No último ano, por circunstâncias resultantes da crise vinícola, só foi permitida a venda de vinho novo a partir da data em que estivesse completamente esgotada a colheita de 1933.

Este ano, porém, e como resultado das medidas tomadas, tudo leva a crer que os vinhos da colheita de 1934 estarão praticamente esgotados em Dezembro.

Pode, portanto, o Governo retomar a primitiva orientação, por forma e com o fim de educar o gosto do público consumidor pelos bons vinhos.

Dentro das exigências apontadas, marca-se agora a abertura da venda dos vinhos novos para 1 de Janeiro de cada ano.

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É proibida a compra e venda e o trânsito de vinhos comuns ou de pasto, por grosso ou a retalho, simples ou misturados, antes do dia 31 de Dezembro do ano da respectiva colheita.

§ único. Exceptuam-se do disposto no presente artigo os vinhos de pasto das regiões demarcadas e os verdes de Lafões, dentro das respectivas áreas, e os produzidos na região demarcada dos vinhos verdes que se destinem à exportação.